

BEM INFORMADO

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE, AGOSTO DE 2007 - ANO 01 - Nº 02

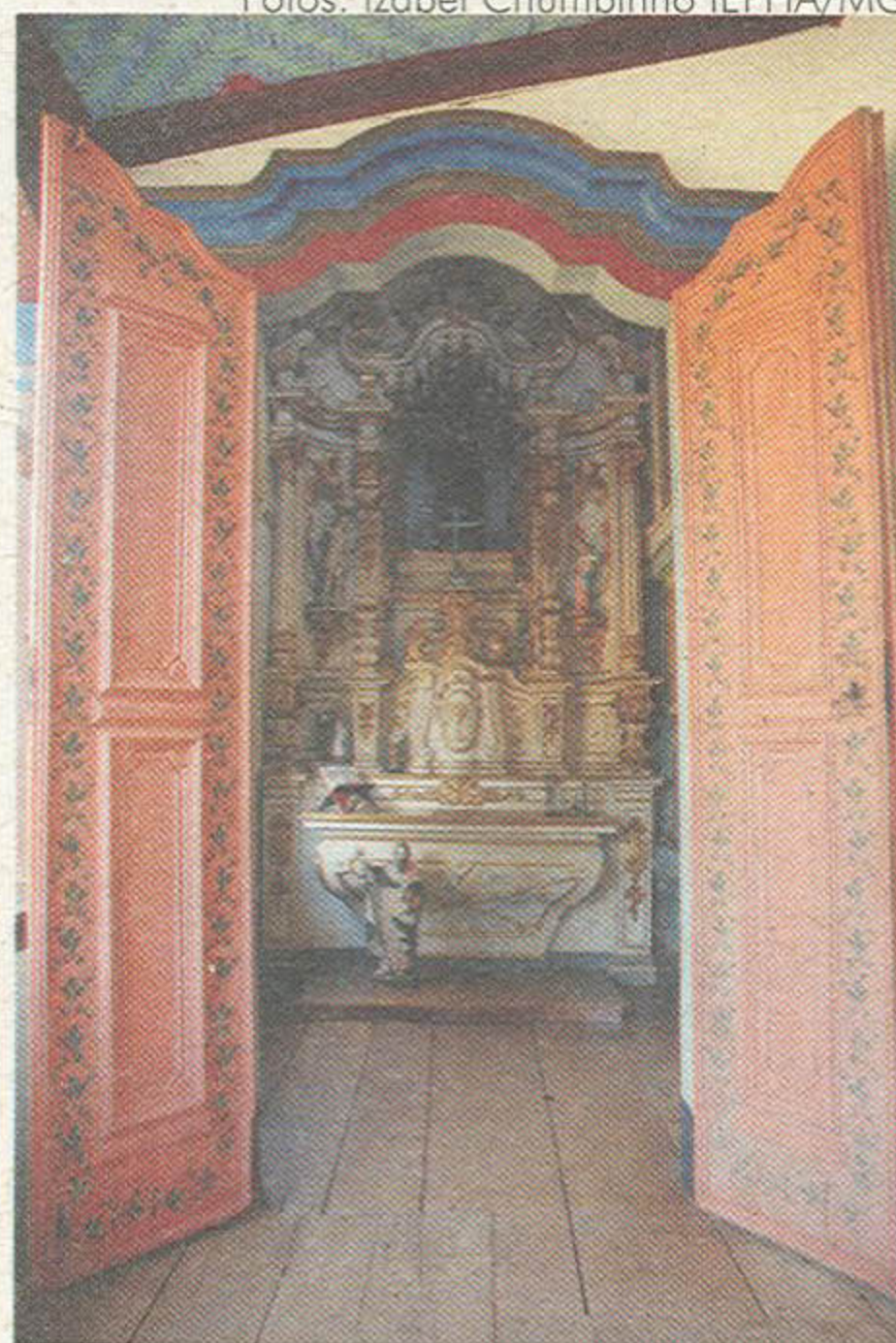
FAZENDA BOA ESPERANÇA, PROPRIEDADE DO IEPHA/MG, EM BELO VALE, SERÁ REABERTA À VISITAÇÃO E TRANSFORMADA EM CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CIENTÍFICA



Fachada principal

PÁG. 4 E 5

Fotos: Izabel Chumbinho IEPHA/MG



Entrada da Capela da Fazenda

VOCÊ RECONHECE?

RESPOSTA PÁG. 8



PEQUENOS
OLHARES
sobre o patrimônio

Notícias

**DPM
O INVENTÁRIO E
A SALVAGUARDA
DE BENS CULTURAIS**

PÁG. 3



Sino da Igr. de São Sebastião
Belo Horizonte/MG

Oficina em Paracatu
Foto: Acervo IEPHA/MG



**DPR
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
NO IEPHA/MG**

PÁG. 6

**TEXTO TÉCNICO
REFLEXÕES SOBRE A
PRESERVAÇÃO: O
CASO BIRIBIRI**

PÁG. 7



Vista Geral
Foto: Acervo IEPHA/MG

Editorial

A história das navegações portuguesas registra que, em 1487, ao tentarem ultrapassar o Sul da África, depois de vários dias em que os marinheiros sofreram tormentosas tempestades, um cabo foi avistado. O comandante Bartolomeu Dias, depois de ir além deste cabo, deu-lhe o nome de Cabo das Tormentas. Porém, na certeza de futuros sucessos, o rei D. João II, de Portugal, mudou-lhe o nome para Cabo da Boa Esperança. Ao ser contornado, prometia, enfim, o caminho procurado para as sonhadas Índias.

Neste número do Bem Informado, um dos destaques é a Fazenda Boa Esperança, que tem seu nome derivado daquela boa esperança portuguesa, que, ao fim e ao cabo, se tornou topônimo em tantos lugares do Brasil e de Portugal. Este imóvel de grande valor histórico e artístico, tendo acabado de passar por trabalhos de restauração, será novamente aberto ao público. Para nós do IEPHA/MG, a Fazenda Boa Esperança representa mais que o tombamento de uma edificação. Pertencendo ao Estado de Minas Gerais desde 1975, permanece, desde então, sob nossa guarda direta e permanente. Muitas idéias e ações, durante sucessivas gestões do IEPHA/MG, trataram de garantir a permanência da Fazenda, bem como de pensar diretrizes para seu uso adequado e de maneira significativa. É hora de consolidá-las e delas tomar efetiva posse.

Reabrir as portas da Boa Esperança à visitação pode bem sinalizar, recuperando a fala da nossa presidente Liana Portilho, no primeiro número do Bem Informado, um início de sucessos sobre os muitos desafios a que se propõe a atual gestão. A Fazenda será um pólo gerador de educação patrimonial e científica, recebendo o acervo de sistemas construtivos que se encontra no IEPHA/MG e abrigando projetos levados adiante por meio de parcerias que, com certeza, virão. Porém, novamente lembrando o desejo da presidência, há mais a fazer, e a intenção é fazer o que for necessário. Muitas novas idéias estão surgindo, novos projetos estratégicos estão em gestação, de modo a recolocar o IEPHA/MG e seu corpo técnico no caminho dos sucessos e no prosseguimento de sua missão, tão desbravadora quanto aquela dos portugueses de 500 anos atrás.

E, falando novamente da Boa Esperança, forçoso é lembrarmos do Velho do Restelo, personagem criada por Camões nos Lusíadas. Ele, simbolizando os pessimistas e reacionários, que não acreditavam no sucesso da epopéia dos descobrimentos portugueses, na largada da primeira expedição para a Índia, aparece com sua "voz pesada", ouvida até nos navios, condenando aquela aventura insana, impelida, segundo ele, pela cobiça, desejo de riquezas, poder e fama. Nada disso é o que impele este novo IEPHA/MG que, alicerçado nas diretrizes seguras da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, pretende, isso sim, a Boa Esperança de um trabalho que permaneça como farol a balizar as gerações futuras.

Renato César de Souza
Vice-presidente

MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO SE DESTACA POR ALTAR INUSITADO

Fotos: Acervo IEPHA/MG



Segundo registros históricos, a Matriz de Santo Antônio, em Itacambira, Norte de Minas, teve sua construção iniciada na primeira metade do século XVIII. Até hoje, não foram localizados dados sobre profissionais ou artistas que teriam trabalhado em suas obras arquitetônicas e ornamentais ao longo do tempo. Fato é que seu retábulo se mostra completamente rebelde aos enquadramentos técnicos conhecidos. Sua exuberância está nas formas absolutamente novas, projetadas em grandes dimensões e com um rebuscamento formal que não se encontra em outras composições ornamentais da igreja, de confecção essencialmente rústica, como o púlpito, as balaustradas do coro e a pia batismal. Na base do baldaquino se encontra um frontão em treliça, banquetas e sacrário, este com porta profusamente decorada em frisos de motivos geométricos e coroamento em recortes sinuosos e rendilhados que lembram um pagode, ou outro elemento de inspiração oriental. A mesa do altar é ladeada, nos eixos correspondentes aos chanfros, por dois arcos que dão acesso ao interior da estrutura e às escadas laterais. Três arcos ritmados por pilastras e delimitados por balaustrada se projetam em curvas sinuosas sobre o espaço livre, como se fossem varandas e camarotes. Em seu parapeito largo, junto às pilastras, estão dispostas imagens de santos.

Retábulo - construção trabalhada que fica por trás e/ou acima do altar e que normalmente encerra um ou mais painéis pintados ou em baixo-relevo.

Baldaquino - espécie de dossel que serve de cúpula ou coroa de um altar.

Chanfro - recorte em ângulo ou de esguelha.



Altar-mor

BEM TOMBADO

O INVENTÁRIO E A SALVAGUARDA DE BENS CULTURAIS

Angela Dolabela Cãnfora*

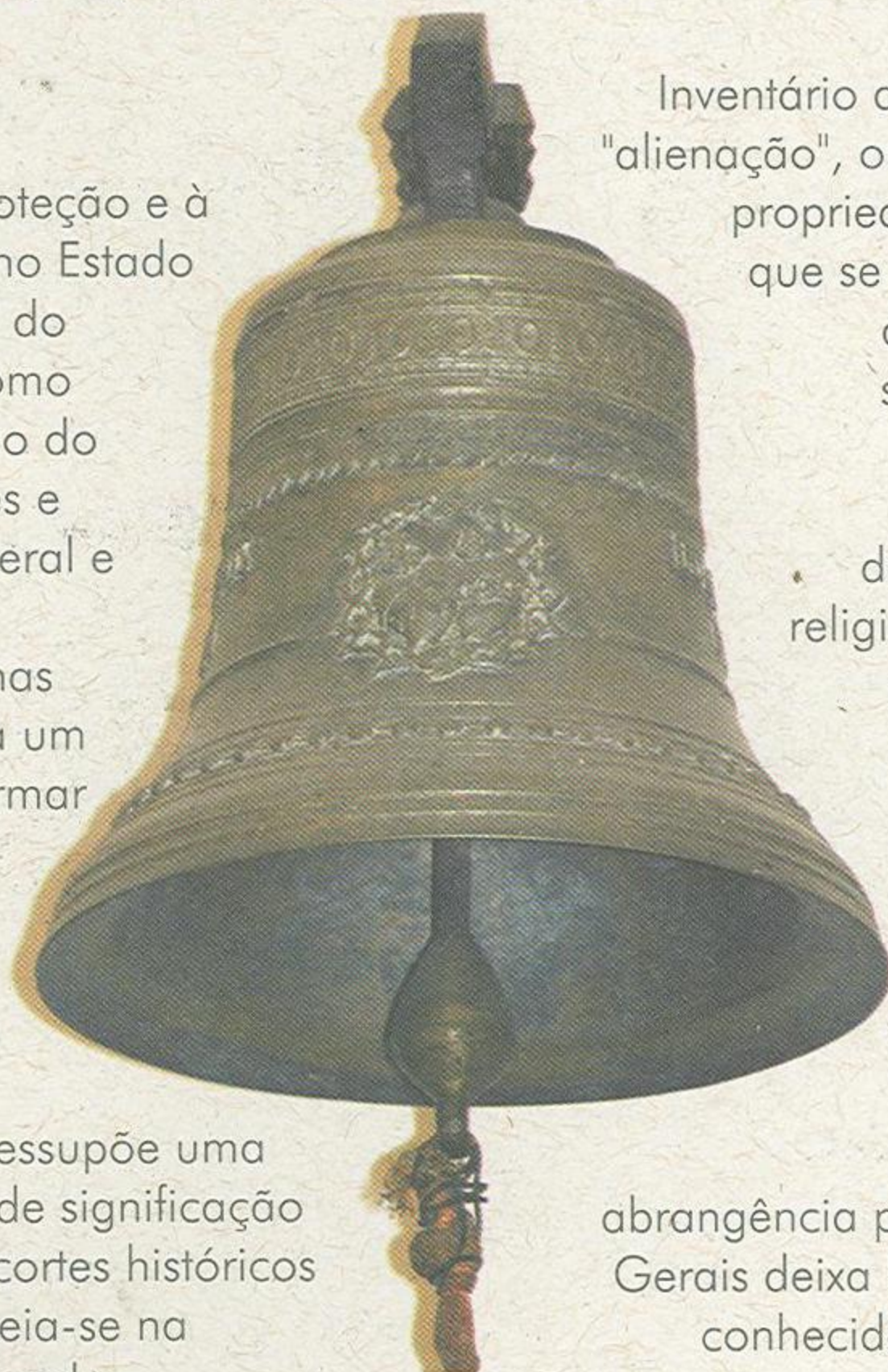
O incentivo ao conhecimento, à proteção e à valorização do patrimônio cultural no Estado de Minas Gerais é parte da política do IEPHA/MG, desde sua formação como órgão de preservação. A elaboração do inventário é uma de suas atribuições e está prevista pelas constituições federal e estadual. A meta do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais - IPAC/MG - é rastrear cada um dos 853 municípios do Estado e formar um banco de informações que vai revelar o patrimônio cultural e a ocupação em Minas, servindo de instrumento à definição de políticas públicas locais e regionais.

A identificação de bens culturais pressupõe uma atitude interpretativa, de seleção e de significação do meio construído, a partir dos recortes históricos urbanos e dos espaços sociais. Baseia-se na coletânea e no cruzamento de dados da investigação documental, na observação técnica de campo e na convivência com as comunidades. As informações são atualizadas periodicamente para acompanhar a transformação histórica, física, simbólica e da paisagem urbana. Os critérios de identificação são orientados pelo conceito ampliado de cultura, autenticidade e valores associados ao bem cultural nas diferentes esferas de proteção (municipal, estadual e federal), incluindo à excepcionalidade e a exemplaridade das práticas culturais e populares, a diversidade e sua representação nos diferentes grupos sociais e nos lugares que dão suporte.

Conhecimento e Informação

Outro cadastro tem sido alimentado paralelamente ao IPAC/MG. Embora apresente informações de mesma natureza, o Inventário de Bens Desaparecidos busca, sobretudo, o resgate de bens móveis indevidamente apropriados por roubo, furto ou tráfico ilícito. Apesar da importância inquestionável deste cadastro, esse esforço ambíguo de conhecimento e resgate suscita uma avaliação mais cuidadosa sobre a finalidade e o desempenho do próprio IPAC/MG. A etapa final do inventário é fundamental para sua validação: sua ampla difusão junto ao poder público e aos diversos setores da sociedade civil.

O conceito de desaparecimento de que trata o



Inventário de Bens Desaparecidos é aquele da "alienação", ou seja, do deslocamento físico e de propriedade, no qual o patrimônio cultural que se encontrava contextualizado em um ambiente de apropriação coletiva é substituído por outro contexto, mais restrito, perdendo a função social estabelecida anteriormente. O deslocamento de uma peça de ritual religioso de uma igreja para um museu, por exemplo, não representaria um desaparecimento; mas sendo deslocado para uma residência, sim. Os valores potenciais afetivos, de conhecimento e de uso se modificam de um contexto de origem para outro. A carência de um cadastramento sistemático dos bens culturais com abrangência para todas as localidades em Minas Gerais deixa boa parte do patrimônio ainda não conhecido à margem de uma proteção mais efetiva.

INVENTÁRIO É SUBSTANTIVO. SINO: INTEGRADO, MÓVEL, SONORO, IMATERIAL; FERRO FUNDIDO, DESAPARECIDO; CHAMAMENTO, CELEBRAÇÃO; PAIXÃO, MORTE; RITUAL, INFORMAÇÃO.

O projeto de disponibilização em meio digital dos inventários de bens culturais no Estado de Minas Gerais, financiado pela Fapemig e desenvolvido com a Prodemge, executado no período de 2001 a 2003, contribui para divulgar o acervo cultural mineiro e compartilhar uma base de referência técnica de informações para os que trabalham nesta área no Estado. O Sistema IPAC Digital apresenta fichas de informação histórico-descritivas, liberadas ou fechadas à consulta, no site www.ipac.iepha.mg.gov.br. As informações disponíveis no site podem ser recuperadas por "busca rápida" orientada ou por meio de palavras-chave, permitindo diferentes recortes de pesquisa e a formação de outros bancos de dados de acordo com o interesse do pesquisador. O inventário deve ser entendido como instrumento de envolvimento e inclusão do poder público e setores da sociedade dentro de uma política de valorização do patrimônio que é de todos. O conhecimento é o princípio da proteção. A vigilância e a divulgação são medidas de segurança. A valorização é o caminho para a salvaguarda.

* Gerente de Patrimônio Imaterial

Foto: Sino da Igreja Sagrados Corações Belo Horizonte/MG - Izabel Chumbinho

**ESTE TEXTO
PODE SER LIDO
NA ÍNTEGRA
NA INTRANET**

BOA ESPERANÇA DE

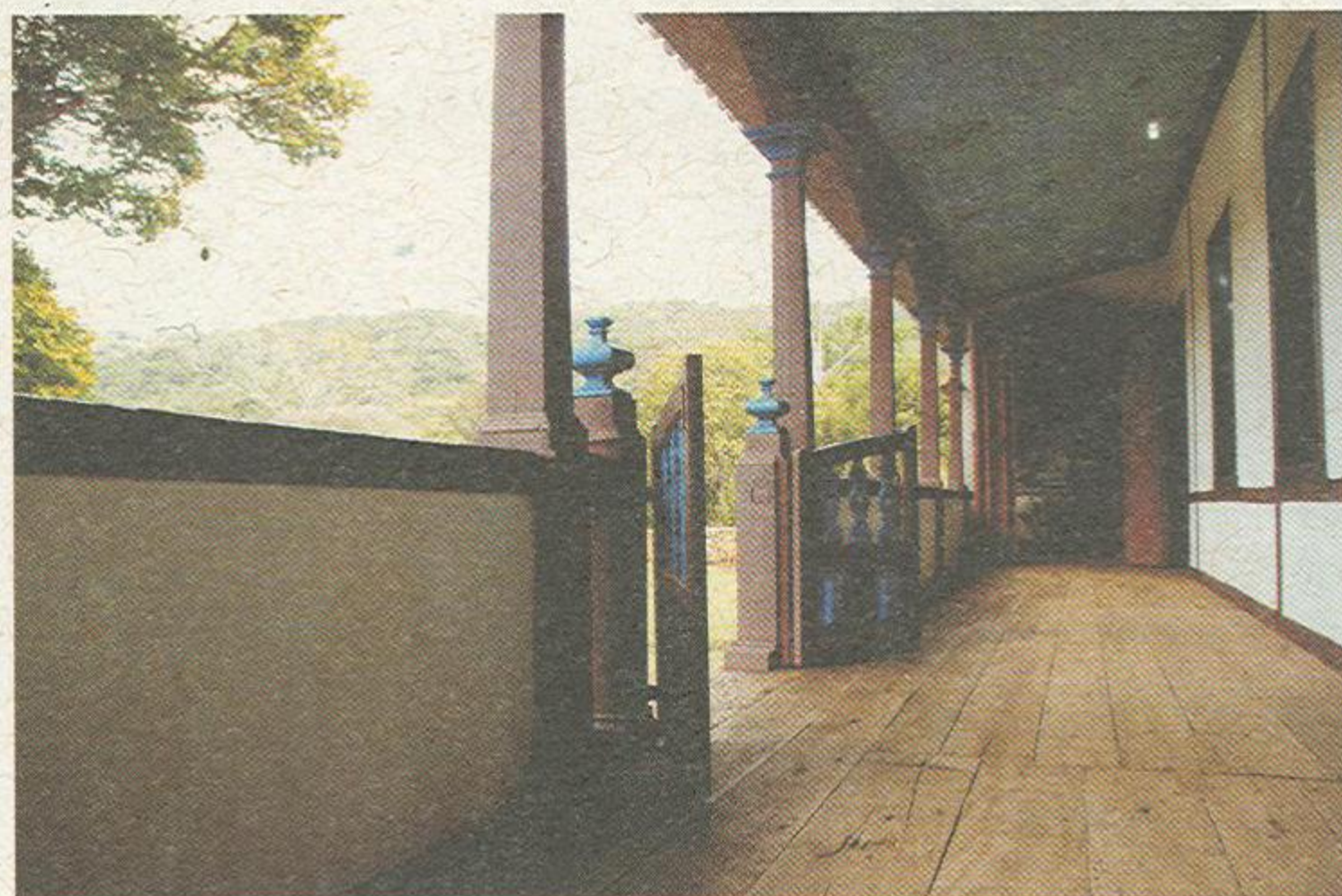
Fazenda será reaberta à visitação, com proposta de se tornar centro

O município de Belo Vale, distante 86 quilômetros de BH, guarda uma das mais antigas fazendas do Brasil Império: a Fazenda Boa Esperança, que, no início do século XIX, tornou-se propriedade de um senhor de ricas lavras e reservas minerais que viveu naqueles tempos, o Barão de Paraopeba. É esse monumento nacional que estará, em breve, com as portas abertas para visitação pública. A iniciativa do IEPHA/MG, proprietário da fazenda, democratiza o tesouro de expressivo valor cultural e histórico, totalmente preservado e protegido. Para isso, um minucioso projeto de resgate da visitação à fazenda está sendo implementado pela instituição. Além de oferecer ao visitante acesso livre a um importante monumento histórico e paisagístico do Estado, também pretende dar aos seus ambientes seculares novos usos. Um dos três salões principais do casarão será transformado em um pequeno auditório para realização de seminários, cursos, palestras, entre outros eventos do Sistema de Cultura do Estado. Também foram pensados espaços para Educação Patrimonial Infantil e oficinas.

Um diversificado material gráfico está sendo produzido pelo IEPHA/MG para atender os visitantes no local. Serão distribuídos folders, com informações sobre a história, a arquitetura, curiosidades sobre a fazenda e sua famosa capela e toda a natureza exuberante de seu entorno, com destaque para duas frondosas sapucaias que há séculos dão boas-vindas aos visitantes. Também serão produzidos painéis para serem dispostos em todo interior da fazenda, contendo informações históricas, imagens e relatos dos costumes e tradições ao longo de sua existência.



Fachada principal



Varanda frontal

Arquitetura

A sede da Fazenda Boa Esperança foi construída com influências do Norte de Portugal. No período do Império, o casarão acolheu personalidades ilustres, como D. Pedro II. Entre as obras-primas da fazenda está a pequena capela existente à esquerda da varanda de entrada do casarão. Nela estão belos trabalhos de talha dourada e valiosos painéis atribuídos a Manoel da Costa Athayde, o Mestre Athayde. Naqueles tempos, devido ao isolamento das fazendas, distantes das igrejas e capelas dos povoados, os proprietários católicos se sentiam na obrigação de construir ermidas dentro de suas propriedades.

Todo o conjunto, que inclui sede, ruínas da senzala, casa de engenho e suas terras, onde há matas, cursos d'água e uma bela cachoeira, foi tombado pelo IEPHA/MG em 27 de fevereiro de 1975. Antes, em 1959, a sede desta tradicional fazenda mineira foi para o Livro de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com pareceres de ninguém menos que o arquiteto Lúcio Costa, o historiador Salomão de Vasconcelos e o escritor Carlos Drummond de Andrade.

Incorporada ao patrimônio do Governo de Minas Gerais em 1974, a propriedade sofreu sua primeira grande intervenção no período entre 1976 e 1979. A casa e a capela passaram por uma ampla obra de restauração. Em 1998 foi realizada outra grande reforma. Uma obra de restauração e revitalização recuperou parte do telhado e trocou os forros de taquara. O piso de marmorite foi substituído por outro cimentado. Recentemente, sob a coordenação do arquiteto Wellington Fárias Carvalho, do IEPHA/MG,

PORTAS ABERTAS

de referência em educação patrimonial e científica

Fotos: Izabel Chumbinho - Acervo IEPHA/MG



Vista do interior da capela

foram recompostos os muros em pedra, feitos por escravos, em torno do casarão e o tratamento paisagístico, com plantio de grama na faixa entre as ruínas da senzala e o pomar até a fachada lateral esquerda da casa. Também foram recuperados os beirais da cobertura da capela e da calha e feita a imunização preventiva contra cupim de toda a edificação, com realização de barreira química do entorno.

Quem foi o Barão de Paraopeba

Seu nome de batismo era Romualdo José Monteiro de Barros. Ele nasceu em Congonhas do Campo (MG) e lá passou toda a infância. Quarto filho de Manuel José, foi homem de cultura e político. Dedicou-se à mineração e à indústria. Casou-se aos 22 anos, com Francisca Constância Leocádia da Fonseca, na Capela da Ordem Terceira de São Francisco, em Ouro Preto, em 1795. Tiveram 11 filhos.

O barão fez parte do Conselho do Governo nos anos de 1825 a 1830 e foi presidente da província num curto período durante 1850. Por estar doente e morar a oito léguas da Capital, não pôde aceitar o convite oficial para substituir o então presidente Alexandre Joaquim de Siqueira, quando este renunciou ao cargo em 1850. O título de Barão foi concedido por decreto em 1854, em reconhecimento ao seu trabalho de ter transformado a Boa Esperança num dos principais estabelecimentos rurais da região. Vítima de um desabamento em uma de suas minas, foi retirado dos escombros e se recuperou em sua fazenda. Faleceu em 16 de dezembro de 1855. Solicitou em seu testamento que fosse enterrado com funeral sem pompas na Matriz de Congonhas, e que se celebrassem 100 missas por sua alma, sendo doados mil réis aos sacerdotes por cada celebração.

Riquezas arqueológicas

A Fazenda Boa Esperança também vem sendo palco de uma investigação arqueológica. Integrado ao processo de restauração, o trabalho deu suporte à atividade de recuperação deste importante bem arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural do Estado. A partir da coleta de subsídios materiais que fizeram parte da história da ocupação da fazenda, vem sendo possível compreender as modificações dos aspectos social, estrutural e arquitetônico por que ela passou no decorrer dos três séculos de sua existência.

Coordenada pelo arqueólogo Fabiano Lopes de Paula, do IEPHA/MG, em parceria com alunos das Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix, da Newton Paiva e da PUC/Minas, a investigação arqueológica descobriu importantes testemunhos remanescentes, como expressivos materiais de uso doméstico encontrados nas escavações e tratamentos paisagísticos dos jardins internos e externos em diferentes períodos.



Pátio interno

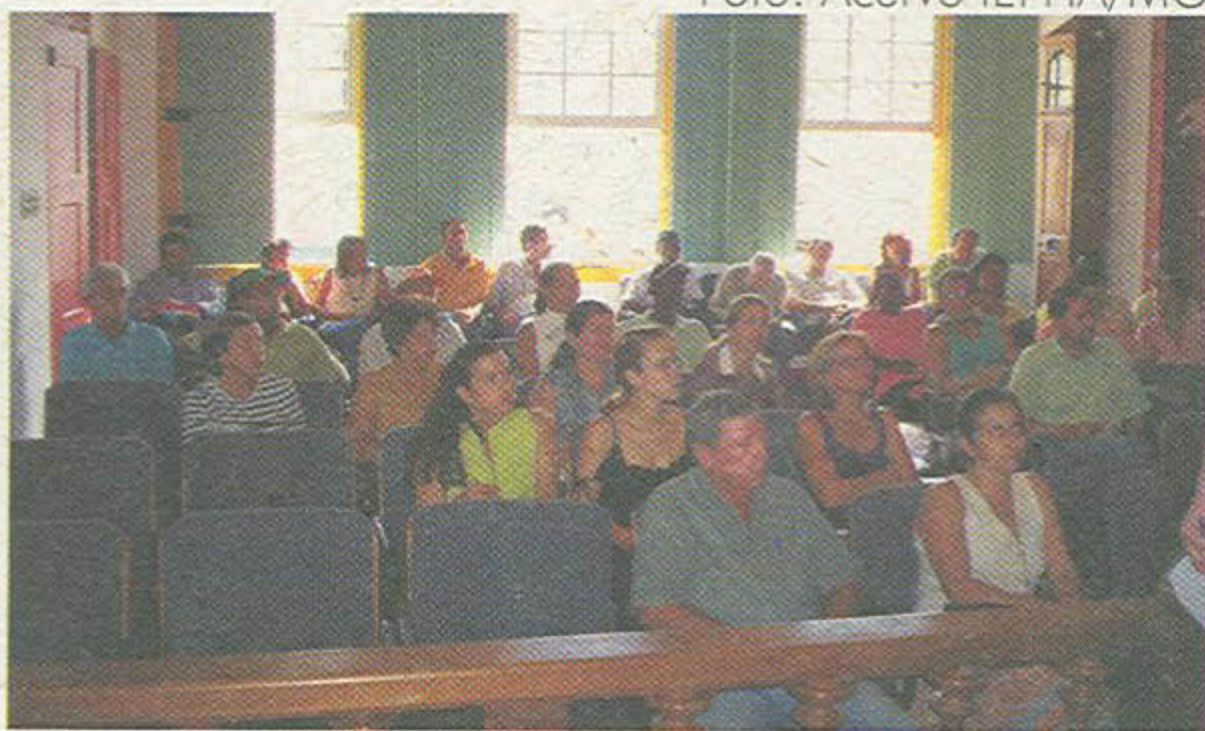
Fique por dentro



“Legislação brasileira no turismo” foi o tema da palestra proferida por José Evaldo Gonçalo, secretário do Ministério da Cultura, durante o curso de “Promotores Culturais Territoriais”, promovido pelo Instituto Luigi Sturzo, em parceria com o IEPHA/MG.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IEPHA/MG

Foto: Acervo IEPHA/MG



Comunidade de Paracatu/MG participa das palestras

Carlos Henrique Rangel*

Ao longo dos 35 anos de sua existência, o IEPHA/MG cumpriu com relativa desenvoltura as suas funções. O número reduzido do seu corpo técnico e a grande extensão territorial de Minas Gerais, aliada à diversidade do acervo cultural, cedo demonstrou a necessidade de parcerias para o desenvolvimento dos trabalhos. Já em 1981, esta necessidade se fazia premente e o envolvimento das comunidades na preservação, uma solução. Um programa com esta finalidade foi idealizado para ser trabalhado com os projetos "Cidades Históricas-PCH" e "Obras Urgentes - POU". No entanto, foi somente em outubro de 1983, com a criação do PAC (Política de Atuação com as Comunidades), que a instituição efetivou um programa de conscientização das comunidades.

Para empreender essa descentralização, foi criada, ainda nos anos 80, a Superintendência de Desenvolvimento e Promoção, que, entre outras atribuições, se responsabilizou pelas ações comunitárias e assessoria aos municípios. No período de 1982 a 1984, foram criadas 14 ALPHA (Associações Locais do Patrimônio Histórico e Artístico) em municípios mineiros. Entretanto, apesar de todo o trabalho empreendido, como a criação de um caderno técnico com conceitos e diretrizes para a proteção do patrimônio cultural e uma cartilha do patrimônio cultural (publicada em 1989), os resultados foram pouco satisfatórios.

Educação, Memória e Patrimônio

Em 1994, o IEPHA/MG resolveu investir em um projeto pioneiro de educação patrimonial. Para sua realização, foram envolvidas as superintendências das duas diretorias técnicas da instituição (Diretoria de Proteção e Memória e Diretoria de Conservação e Restauração) e a Secretaria de Estado da Educação.

Sob a coordenação da arquiteta Aurora Pederzoli, em parceria com a assessora técnica Geny Lima, o "Projeto Educação, Memória e Patrimônio" foi desenvolvido experimentalmente, com o objetivo de promover ações educativas de identificação, valorização e proteção de bens culturais junto a escolas públicas estaduais. A primeira fase contou com um curso dirigido aos professores e supervisores das duas escolas envolvidas e visitas orientadas ao Palácio da Liberdade, em BH, e ao Caraça, em Catas Altas. A segunda fase consistiu no trabalho de campo propriamente dito, envolvendo as escolas estaduais Barão de Macaúbas, em Belo Horizonte, e Zoroastro Vianna Passos, em Sabará. Desenvolvidas por duas equipes técnicas diferentes, as atividades duraram pouco mais de um mês.

Finalizada a experiência nas duas escolas, o IEPHA/MG deu prosseguimento à educação patrimonial através do Projeto de Pesquisa "Memória de Minas - Educação e Patrimônio Cultural", numa tentativa de se criar uma atividade permanentemente integrada às ações comunitárias e ao projeto de realização de inventários da instituição. Apenas um piloto foi realizado em 1995, na cidade de Leopoldina. Foram feitos o tombamento da Escola Estadual Botelho Reis e o inventário do acervo cultural do município. Nos anos que se seguiram, ações isoladas foram implementadas em trabalhos de pesquisa para tombamento, inventário e restauração de imóveis tombados.

No ano de 2002, um convênio com a Secretaria de Estado da Educação e Fundação João Pinheiro gerou uma publicação ("Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial") com textos de diversos autores, que se tornou referência nacional na área.

Atualmente, a Diretoria de Promoção do IEPHA/MG (Gerência de Difusão) está desenvolvendo um grande programa de educação patrimonial - "Programa Memória e Cidadania" - com projetos pilotos nas cidades de Paracatu e Pitangui. O foco central do programa é o desenvolvimento de propostas elaboradas em conjunto entre os vários segmentos da sociedade local. Um projeto com as escolas tombadas também está nos planos da nova diretoria.

*Diretor de Promoção do IEPHA/MG

ESTE TEXTO
PODE SER LIDO
NA ÍNTEGRA
NA INTRANET

REFLEXÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO: O CASO BIRIBIRI

Fernando Roberto de Castro Veado*

Localizada a 292 quilômetros de Belo Horizonte, Biribiri possui um admirável complexo industrial do século XIX. Criada em 1876, a Fábrica de Biribiri trouxe com ela toda infra-estrutura necessária para seu funcionamento. Construiu casas, capela e escola, edificações que mantêm suas características arquitetônicas e urbanas preservadas até hoje.

Apesar de algumas descaracterizações arquitetônicas, como adaptação para garagem em algumas casas e a construção de uma quadra esportiva no centro do conjunto, as ruas continuam de terra, as calçadas, de grama e a paisagem colonial ainda é reconhecida. O núcleo arquitetônico é composto por 18 residências, um clube, uma igreja, galpões industriais, uma escola, um refeitório, um bar, um restaurante, um internato, uma barbearia, um estábulo, um depósito e uma quadra esportiva.

Local de referência arquitetônica industrial no Estado, Biribiri teve seu tombamento realizado em 1998. Desativado desde 1973, o complexo se encontra desocupado e sem qualquer destinação de uso. No entanto, o reconhecimento de um bem como patrimônio - portanto, digno de ser preservado para as futuras gerações - não está vinculado ao seu "engessamento". Pelo contrário, a intenção é que ele seja fruído e, para tal, certamente algumas restrições deverão ser impostas.

Fato é que a falta de uma política de revitalização possibilita uma ocupação inadequada e desordenada, podendo, inclusive, descaracterizar o conjunto em curto espaço de tempo. As reflexões propostas são várias, desde o que pode ser feito num local com tantas qualificações até os motivos que levaram a não se investir até então. Ou, ainda, se a dimensão continental de nosso país e a preocupação recente pela preservação do patrimônio justificam o direcionamento de investimento nos bens em piores condições. De qualquer forma, acreditamos que, apesar de o distrito de Biribiri estar intacto, este é o momento correto para se pensar em um programa de preservação. Este estudo será apresentado no XII Seminário de Arquitetura Latino-americana, que acontece em novembro, no Chile.

* Engenheiro da Gerência de Projetos e Obras

Foto Acervo IEPHA/MG



Vista do Centro Histórico de Biribiri

SAUDADE

Tarcísio Guadalupe Sá F. Gomes*

Os anos 80 do século passado foram marcados pela efervescência e animação cultural. Lavava-se a alma (*anima*) escutando Chico Buarque cantar "Vai passar" e o clima era de já passou. Preparava-se o feijão preto, pois os exilados estavam voltando.

Aloísio Magalhães, à frente do IPHAN (1979), aliava esta animação à criatividade. Revisitava Mário de Andrade e declarava em alto e bom som: "A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio", propugnando uma idéia contemporânea de bem cultural resultante de múltiplas vivências e hábitos que deveriam ser compartilhados por toda a sociedade brasileira.

O IEPHA/MG bebia com sede dessa água. Em 1983, criava a Coordenação de Política de Atuação com as Comunidades, que deu origem, em 1986, à Superintendência de Integração Comunitária. Tinha por objetivo a preservação da memória cultural das comunidades, através de incentivos à sua participação

nos processos de conservação e valorização. De duração efêmera - pois os ventos logo deram uma guinada - plantou semente que permaneceu perene.

Esse pequeno retorno no tempo é para lembrarmos de uma pessoa essencial para o instituto, pois acreditamos que sem ele as coisas nos teriam sido muito mais difíceis - ou até mesmo impossíveis. Trata-se de Guido Rocha. Coordenador e superintendente dos dois setores anteriormente citados e batalhador incansável dessa e de outras causas merece muito mais do que só palavras. Cabe a nós, como no "nomos" grego, revisitarmos os espaços trilhados por ele e sempre em comunhão com ele. Obrigado, Guido.

* Técnico da Superintendência de Pesquisa



<http://www.soffek.com.br/guido/vida.htm>

Aniversários

AGOSTO

- 10 - Elaine Resende Mafra (PJR - 1454)
- 18 - Miriam Lúcia Silva da Mata (GRH - 5989)
- 20 - Maria Angela Pinheiro (GEA - 3937)
- 23 - Alexander Alves Ribeiro (GCM - 5990)
- 24 - Maria Goreti Viana (ACS - 5947)
- 25 - Luis Gustavo M. Mundim (GPI - 5972)
- 26 - Maria Izabel L. Chumbinho (ACS - 5947)
- 30 - Celestina Maria P. Vasconcelos (GAP - 5952)

Parabéns!

PEQUENOS
OIHARES
sobre o patrimônio

Foto: Izabel Chumbinho IEPHA/MG

Resposta:
A maçaneta retangular, com cantos chanfrados, feita em metal dourado, com detalhes de passaro e folhagem em alto-relevo, está no Palácio da Liberdade. Ela pode ser vista no hall da escadaria, varanda posterior e saída de banheiros. Outros exemplares são encontrados em edificações da mesma época.

DICAS PARA SEUS ARQUIVOS ELETRÔNICOS

Todo mundo sabe que computadores podem falhar. Para garantir a recuperação das informações vitais, no caso de um desastre, veja essas dicas básicas de backup:

- Analise o que precisa ser armazenado. Há basicamente dois tipos de backup: o que grava todos os dados e o que grava os dados modificados desde o último backup. A frequência de cada um depende do tipo de dados e da urgência de recuperação deles em caso de perda.
- Crie uma rotina de backup, de preferência automatizada, e gerencie o funcionamento.
- Quem se preocupa apenas com as informações, e não com a velocidade em que elas devem ser recuperadas, pode fazer apenas o backup dos dados. Quem tem urgência na recuperação, deve fazer procedimentos de backup do sistema operacional. Criar pontos de restauração é uma boa prática.
- Examine relatórios de backup para verificar se a cópia de todos os arquivos foi feita corretamente.
- Verifique as condições da sua mídia de backup periodicamente. Mídias também podem falhar.

As dicas foram fornecidas pela GMI. Qualquer dúvida entre em contato com o setor pelo ramal 5944.

Envie sugestões de assuntos que você gostaria de ver nesta seção para: jornal@iepha.mg.gov.br

Dicas

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Liana Portilho Mattos
Chefe de Gabinete: Caroline Bastos Dantas
Vice-presidente / Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Fabiana Machado Santiago
Diretora de Proteção e Memória: Maria Marta Martins de Araújo
Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

Governo do Estado de Minas Gerais
Governador: Aécio Neves

Secretaria de Estado de Cultura
Secretária: Eleonora Santa Rosa
Secretário Adjunto: Marcelo Braga de Freitas

BEM INFORMADO INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Assessoria de Comunicação
Jornalista Responsável/Revisora: Beatriz Teixeira de Salles - MG 03802JP
Jornalista: Mirian Pinheiro - MG 05818JP
Projeto Gráfico/Diagramação: Christiane Bolda Lazzarotti
Relações Públicas: Pedro Souza Pinto
Fotógrafa: Izabel Chumbinho
Tiragem: 300 exemplares - Periodicidade mensal - Distribuição gratuita e dirigida - É permitida a reprodução total ou parcial de textos e fotos, desde que citados o autor e a fonte.



Praça da Liberdade, s/nº - Edifício SETOP 4º andar
CEP: 30.140-010 Belo Horizonte/MG
Telefone: (31) 3213-5947 Fax: (31) 3213-5939
e-mail: jornal@iepha.mg.gov.br